



Artigo versão draft

DIGA COMO MEDES E EU TE DIREIS QUEM ÉS
Uma proposta metodológica de classificação do tamanho dos partidos políticos

ST21: Partidos e sistemas partidários
Sessão: *O sistema político e os partidos políticos*

Willber Nascimento (UFPE)
nascimentowillber@gmail.com

Jose Alexandre Silva Junior (UFAL)
jasjunior2007@yahoo.com.br

Suzana Alves (UFMG)
suzialvess@hotmail.com

DIGA COMO MEDES E EU TE DIREIS QUEM ÉS

Uma proposta metodológica de classificação do tamanho dos partidos políticos¹

Willber Nascimento
Jose Alexandre Silva Junior
Suzana Alves

Resumo

Como classificar o tamanho dos partidos políticos no Brasil? Nosso objetivo é propor uma maneira de definir quem são os pequenos, médios e grandes partidos políticos brasileiros. Metodologicamente apresentamos algumas classificações do tamanho dos partidos propostas por parte da literatura e propomos uma nova taxinomia. Para isso utilizamos uma análise de *cluster* para agrupar os partidos segundo seu percentual de votos. Essa técnica permite criar taxinomias agrupando casos mais semelhantes entre si. O objetivo é maximizar a homogeneidade interna e a heterogeneidade entre os grupos. Para validar nossa classificação, selecionamos classificações encontradas nos estudos eleitorais brasileiros e tecemos comparações com a nossa. Os resultados preliminares sugerem que: (1) todas as classificações comparadas separam significativamente os partidos; (2) nossa classificação em termos comparativos fornece grupos mais homogêneos; (3) nossa classificação permite a variabilidade do tamanho dos partidos no tempo e entre as unidades da federação.

Palavras Chaves: Partidos pequenos; tamanho dos partidos; análise de *cluster*.

Parece-nos que as hipóteses a e b [da literatura] assumem implicitamente uma noção de racionalidade política invariante, ou seja, não levam em conta as noções de tempo e espaço político. Elas [as hipóteses] seriam supostamente verdadeiras se não dependessem do nível de competição (federal ou estadual) e das mudanças no tamanho dos partidos. Entretanto, não considerando, por exemplo, o fato de que um partido pode ser grande em um estado e pequeno em outro, ou que pode mudar de tamanho através do tempo, perdem por completo sua eficácia.

Considerar o tamanho do partido como uma variável, significa, antes de tudo, que os partidos não mais podem ser definidos aprioristicamente como grandes ou pequenos, já que seu tamanho variou no tempo, entre os estados e dependendo do nível de competição eleitoral.

A força local relativa de um partido constitui-se, assim, no determinante principal de qualquer decisão sobre formação de alianças.

Olavo Brasil de Lima Júnior, 1983.

¹ Os dados utilizados nesse *working paper* podem ser solicitados via E-mail: nascimentowillber@gmail.com.

1. Introdução

Mensurar o tamanho dos partidos é importante. Instituições, políticos e eleitores diferenciam o tamanho dos partidos todo o tempo. A organização da política democrática baseia-se na força (eleitoral) dos partidos para distribuir cargos e recursos; os políticos, na maioria das vezes, filiam-se a partidos que maximizem sua chance de sucesso. Eleitores, estão interessados em partidos que possam ganhar cargos para ofertarem políticas públicas (DOWNS, 2013). Em todos esses casos, fazer diferenciação entre os partidos, em função do seu tamanho, não é algo trivial.

A Ciência Política brasileira, por sua vez, tem utilizado constantemente a estratégia de separar os partidos em função de seu tamanho. Por exemplo, Figueiredo e Limongi (1999) ao analisar a disciplina partidária na Câmara dos Deputados toma como amostra os maiores partidos na Casa (os sete maiores). Seriam estes partidos representativos da disciplina partidária dentro da Câmara dos Deputados? Para resolver o problema, Figueiredo e Limongi (1999), classificam e agrupam os partidos pequenos em pequenos de direita (PPD) e de esquerda (PPE) e concluem que a disciplina partidária dos pequenos partidos é equivalente à de seus pares maiores dos respectivos agrupamentos ideológicos. Contudo, o procedimento metodológico para classificar o tamanho dos partidos pequenos não foi informado.

Como validar conclusões sobre o comportamento dos partidos em função do seu tamanho quando o procedimento metodológico para classificá-lo não foi adequado? Neste artigo propomos uma nova classificação do tamanho dos partidos políticos no Brasil. Metodologicamente, utilizamos análise de *cluster* para agrupar os partidos em função do seu percentual de votos tanto nacionalmente, quanto nas unidades da federação e comparamos nossos resultados com algumas classificações já existentes.

Este trabalho está organizado da seguinte maneira: (1) problematizamos o debate sobre tamanho dos partidos no Brasil e apresentamos algumas das classificações existentes; (2) apresentamos as opções metodológicas adotadas para a classificação do tamanho dos partidos políticos; (3) apresentamos nossa classificação e a comparamos com algumas classificações existentes.

2. O tamanho dos partidos políticos no Brasil

Desde o trabalho seminal de Gláucio Ary Dillon Soares sobre as alianças eleitorais na República de 45-64, o tamanho dos partidos é uma variável importante para as comparações de comportamento estratégico nas disputas eleitorais. O principal argumento à época é o de que os partidos pequenos fariam mais coligações do que seus pares maiores (LIMA JR., 1983). Como sabemos essa é uma hipótese que já sofreu algumas alterações, mas é ainda muito abordada na produção acadêmica sobre coligações no Brasil (MACHADO, 2012; LAVAREDA, 1999).

Na arena legislativa, o tamanho dos partidos não é algo trivial. Seu porte é lavado em conta tanto no momento da formação das coalizões, quanto na distribuição dos recursos políticos. A variação do tamanho também pode ser utilizado para avaliar o grau de disciplina partidária que eles alcançam. Nessa perspectiva, Figueiredo e Limongi (1999) concluem que os partidos pequenos mantêm o mesmo padrão disciplinar que os grandes partidos do mesmo bloco ideológico (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1999).

Na arena eleitoral, as estratégias eleitorais dependem também do tamanho dos partidos. Diz-se que partidos pequenos estão interessados em coligar-se com os maiores partidos, uma vez que eles maximizam sua chance de sucesso eleitoral (KINZO, 2004). Os pequenos trocam seu apoio nas disputas majoritárias em troca de abrigo em coligações proporcionais (LAVAREDA, 1999, LIMONGI, 2016). Contudo, na maioria das vezes essas afirmações não são precedidas por um processo metodológico claro sobre como mensurar o tamanho dos partidos.

De fato, a regra sobre como classificar o tamanho dos partidos é a ausência de critérios, e o fazê-lo tem sido acompanhado de uma certa dose de dificuldades (DANTAS e PRAÇA, 2004). Existem dois métodos consagrados de classificar os partidos políticos brasileiros: (1) atribuir intervalos fixos de votos ou cadeiras (ASSIS, 1997; RODRIGUES, 1995; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010; MACHADO, 2012; DANTAS e PRAÇA, 2004; 2010) ou (2) simplesmente nomeá-los (FIGUEIREDO e LIMONGI, 1995; KINZO, 2004; NICOLAU, 2006; CARREIRÃO, 2006, 2012; FLEISHER, 2007; ALMEIDA, 2007; LIMONGI e CORTEZ, 2010; MELO, 2010; PERES, RICCI e RENNÓ, 2011). O quadro 1 sumariza as informações acerca do tamanho dos partidos segundo a literatura acadêmica nacional, descrevendo aqueles que os classificam e os que não o fazem.

Quadro 1. Informações da literatura sobre o tamanho dos partidos

Autor (es)	Ano	Assunto do Trabalho	Partidos Pequenos
Figueiredo e Limongi	1995	Disciplina partidária na Câmara dos Deputados	Os partidos políticos possuem um alto grau de coesão independentemente do tamanho. Os pequenos, comportam-se da maneira esperada tomando como referências seus pares maiores.
Lavareda	1999	Eleições e partidos políticos	Partidos grandes são “cabeças de chapa”, optam sempre por lançar candidaturas. Partidos grandes vendem seu apoio nas eleições majoritárias por uma vaga na coligação proporcional.
Kinzo	2004	Partidos, eleições e democracia no Brasil.	Coligar-se é a melhor estratégia tanto para grandes quanto para pequenos partidos. Para estes, as coligações maximizam suas chances de eleger candidatos.
Dalmoro e Fleisher	2005	Eleições, partidos e coligações.	Coligações beneficiam os pequenos e médios partidos. Os testes indicam que as coligações não são as responsáveis pela representação dos partidos pequenos.
Machado	2005	Eleições, partidos e coligações.	O tamanho dos partidos influenciam sua decisão sobre concorrer sozinho ou coligar. Os partidos pequenos se coligam mais que os partidos médios e grandes.
Nicolau	2006	Sistema de lista aberta no Brasil.	Os recursos de que dispõe os partidos dependem do seu tamanho. Menores partidos lançam menos candidatos para concentrar seus recursos neles.
Carreirão	2006; 2012	Ideologia e partidos políticos.	Partidos pequenos optam por lançarem candidaturas isoladas; coligam-se com partidos maiores para escaparem do quociente eleitoral; menos identificáveis ideologicamente.
David Fleisher	2007	Sistema partidário brasileiro.	Partidos pequenos possuem pouca expressão eleitoral; raramente atingem o quociente eleitoral; fragmentam o Legislativo;
Freitas e Mesquita	2010	Eleições proporcionais e desproporcionalidade.	As coligações, em sua grande maioria, beneficiam os partidos pequenos.
Limongi e Cortez	2010	Eleições e o quadro partidário.	Tamanho dos partidos define seu papel e estratégias na competição partidária local.
Melo	2010	Eleições presidenciais e estruturação das disputas.	Partidos grandes lutam e tomam posse dos cargos executivos; partidos pequenos fragmentam o sistema; sobrevivem à margem do poder Executivo;
Braga, Silveira e Borges	2012	Partidos e organização	Existe uma relação entre o tamanho dos partidos brasileiros e seu perfil organizacional e de difusão territorial.

Como observado, existe uma série de informações sobre o tamanho dos partidos, principalmente sobre os pequenos que são confeccionadas com base na ausência de classificação. Optamos por colocá-las no quadro para não estendermos o texto. As

informações contidas no quadro são bastante variadas. Neste trabalho, nossa preocupação é somente metodológica, por isso enfatizaremos somente a classificação.

Embora muitos trabalhos falem sobre o tamanho dos partidos, existe uma minoria que os classificam. Estas, predominantemente utilizam o percentual de votos como critério definidor do tamanho dos partidos. Possuir um critério teórico e empírico para a classificação dos partidos contribui para o fortalecimento das inferências elaboradas. O quadro 2 sumariza as classificações do tamanho dos partidos encontradas na literatura nacional.

Quadro 2. Classificação do tamanho dos partidos

Autor	Ano	Variável	Arena	Intervalo	Rótulo	N
Rodrigues	1995	Cadeiras	Nacional	0 -10	Micro	4
				10 - 30	Pequenos	
				31 - 80	Médios	
				81 -	Grandes	
Assis	1997	Cadeiras ou votos	Estadual	< 3	Micros	4
				3,1 - 5	Pequenos	
				5,1 - 30	Médios	
				> 30	Grandes	
Camargos e Cardoso	1997	Cadeiras (%)	Nacional/Estadual	0 - 3	Micros	4
				3,1 - 5	Pequenos	
				5,1 - 30	Médios	
				> 30	Grandes	
Dantas e Praça	2004	Votos (%)	Nacional	0 -1	Pequenos	2
				> 1	Outros	
Braga	2006	Votos (%)	Estadual	0 -10	Pequenos	3
				10,1 - 20	Médios	
				> 20,1	Grandes	
Braga e Bourdoukan	2009	Votos (%)	Nacional	< 3,9	Pequenos	3
				4 - 6	Médios	
				> 7	Grandes	
Machado	2012	Votos (%)	Estadual	0 - 1	Nanicos	3
				1,1 - 10	Pequenos	
				> 10	Grandes	
Braga e Pimentel Jr.	2013	Cadeiras (%)	Nacional	< 5	Pequenos	3
				5 - 9,99	Médios	
				> 10	Grandes	
Melo e EV	2014	Votos (%)	Nacional	<= 2,5	Pequenos	2
				> 2,5	Outros	

Nos trabalhos analisados, encontramos 8 classificações do tamanho dos partidos, embora essa quantidade não se aproxime daquela em que apenas se nomeia o tamanho dos partidos (ver quadro 1). De maneira geral, as classificações possuem entre 2 e 4 categorias de tamanhos. A média dessas classificações é de 3 categorias. Há uma tendência em criar categorias para partidos menores que “pequenos”. No quadro podemos observar que existe espaço para partidos “micro” e “nanico”. A ideia é que a competição partidária no Brasil tende a ser povoada por uma série de partidos não competitivos, que se diferenciam dos pequenos. Deve-se atentar para a baixa comparabilidade entre os achados dos diversos estudos citados. As informações sobre partidos pequenos para Dantas e Praça (2004) são sobre partidos nanicos para Machado (2012).

Rodrigues (1995) classificou o tamanho dos partidos segundo o número de cadeiras na Câmara dos Deputados para cada eleição. Assis (1997) ao estudar o caso de Goiás, elaborou uma classificação com base no desempenho eleitoral dos partidos para cada eleição analisada. Camargos e Cardoso (1997), ao analisar o sistema partidário baiano utilizaram uma média de cadeiras legislativas (Assembleia Legislativa e Câmara dos Deputados) em determinado período de tempo como *proxy* para o tamanho dos partidos.

Dantas e Praça (2004), por sua vez, classificou os partidos como pequenos e outros, objetivando estudar a participação dos primeiros em coligações para disputas de prefeituras em 2008. Em um dos maiores esforços de compreensão do sistema partidário brasileiro, Braga (2006) classificou o tamanho dos partidos segundo o percentual de votos deles para as eleições de Deputado Federal nos estados. Posteriormente, Braga e Bourdoukan (2009) em estudo sobre a competição eleitoral e financiamento de campanha, definiram o tamanho dos partidos com base no percentual de votos para eleições da Câmara dos Deputados, tomando a eleição de 2006 como referência.

Machado em estudo sobre os padrões de coligações dos partidos políticos brasileiros, classificou o tamanho dos partidos utilizando os votos para a Câmara dos Deputados agregando-os nacionalmente. Braga e Pimentel Junior (2013), ao estudar a estrutura municipal dos partidos para as disputas municipais de 2012 classificam os partidos segundo sua presença na Câmara dos Deputados no período das eleições. Por fim, o quadro apresenta a classificação proposta por Melo e EV (2014) para estudarem os partidos pequenos. Eles classificaram os partidos segundo o percentual de votos dos partidos tomando quatro eleições para a Câmara dos Deputados como referência.

Como podemos observar a classificação do tamanho dos partidos depende muito dos interesses dos pesquisadores. O percentual de votos nas eleições para a Câmara dos Deputados é a principal variável classificatória, seja ela nacionalmente ou por estado. A literatura tem argumentado que essas eleições tendem a ser as mais importantes para os partidos, uma vez que a partir dela define-se a distribuição de recursos do fundo partidário e de propaganda eleitoral gratuita (DANTAS e PRAÇA, 2004; MELO e EV, 2014; SPECK e CAMPOS, 2014). Classificar por estado é a opção menos frequente, comente dois trabalhos fizeram isso. Tipicamente, seja por cadeira ou voto, agrupa-se o tamanho dos partidos nacionalmente para estudá-los em outras arenas eleitorais.

A agregação dos votos ou cadeiras, nacionalmente ou no nível dos distritos é uma discussão que nos interessa consideravelmente aqui. Podemos supor que existem duas maneiras de olhar o desempenho eleitoral dos partidos políticos, a nacional e a estadual. Analistas interessados na dinâmica sistêmica em seu nível de maior de agregação, o nacional, normalmente estão interessados em olhar os partidos como unidade de análise única. Por exemplo, nos estudos comparados de sistema partidário interessa saber o nível de volatilidade eleitoral do sistema nacionalmente para que seja comparado com demais unidades de análises (normalmente países). Então para esse cálculo toma-se o percentual de votos nacionalmente alcançados pelos partidos, isto é, sua soma de votos.

Por outro lado, o tamanho local dos partidos deriva de seu desempenho nos níveis dos distritos eleitorais. Partidos políticos em sistemas multipartidários raramente possuem o mesmo tamanho entre os níveis dos distritos. Essa é uma característica que recentemente vem sendo muito debatida nos estudos de nacionalização dos partidos e sistemas partidários (JONES e MAINWARING, 2003, BRAGA e PIMENTEL JR., 2013). Quando deseja-se estudar facetas da competição política onde as unidades de análises localizam fragmentadas entre os distritos, defendemos que seja mais apropriados defini-los segundo essas condições.

No Brasil, observa-se que em diversos estudos os partidos são classificados nacionalmente para serem estudados localmente. Isso é sintomático em estudos de coligações eleitorais. Se a estratégia eleitoral de um partido depende, em grande medida, do seu tamanho, podemos concluir que onde ele seja pequeno, evite competir diretamente com partidos maiores. Essa é a lógica por traz dos achados nos estudos sobre coligações no Brasil. Partidos pequenos abdicam de competir na majoritária em troca de uma vaga nas coligações proporcionais com partidos maiores (LIMONGI, 2016). Toda essa

construção depende do tamanho do partido no distrito onde ele opta por lançar candidato ou não. Um partido grande nacionalmente comporta-se em todos os estados como partido grande? Ou seu comportamento depende do seu tamanho local?

Devemos também dirigir-nos para outras características de algumas classificações. A saber, a da agregação do desempenho eleitoral ou das cadeiras, entre diversas eleições. Essa escolha impede que o tamanho dos partidos varie entre as eleições e isso afeta significativamente as relações que você pode estabelecer em termos comparativos com variáveis que não variem no mesmo nível de agregação. Tomar o tamanho do partido “agregado” em mais que uma eleição por exemplo, pode afetar significativamente suas análises de produção legislativa, ou mesmo de financiamento de campanha.

Abaixo propomos duas classificações, uma para análises sistêmicas onde o nível de agregação é nacional e outra onde a variação ocorra entre os estados da federação. De modo que apresentaremos o tamanho nacional dos partidos e seu tamanho local entre as UFs. Descrevemos esses procedimentos na próxima seção.

Metodologia

Como argumentado acima, podemos entender o tamanho dos partidos políticos em distintas arenas. Nosso objetivo é classificar os partidos tamanho como parâmetro o seu desempenho eleitoral. Podemos fazer isso agregando o desempenho eleitoral dos partidos nacionalmente e/ou podemos fazer isso observando o desempenho local deles. Ambas as classificações são úteis. A primeira quando queremos analisar um fenômeno em um nível nacional de agregação. A segunda quando nossa análise leva em conta as disputas nos distritos.

Boas taxonomias devem ser capazes de agregar casos semelhantes nos mesmos grupos e aumentar as distâncias entre os casos de grupos distintos. No caso do tamanho dos partidos, partimos da noção de que ele pode ser variável no tempo e no espaço. Os procedimentos adotados até agora impedem que se alcance esse objetivo. Para superar esses desafios utilizaremos uma análise de *cluster* para classificar o tamanho dos partidos tanto nacionalmente quanto “estadualmente”. Essa é uma técnica bastante utilizada e seu principal objetivo é agrupar casos baseados em seu grau de semelhança (HAIR et. Al., 2009). Os partidos serão agrupados segundo o seu percentual de votos nas eleições para a

Câmara dos Deputados. O quadro abaixo sumariza as informações acerca dos dados e procedimentos.

Quadro 3. Dados e procedimentos de classificação

Classificação	Variável	Nível	Eleições	Agrupamentos
Tamanho Nacional	% de votos	No Brasil	Câmara dos Deputados 1998-2016	Análise de cluster de duas etapas (Two Step Cluster). Distâncias calculadas por Log Likelihood. Números de grupos espontâneos.
Tamanho nos estados	% de votos	Nos estados		Análise de cluster de duas etapas (Two Step Cluster). Distâncias calculadas por Log Likelihood. Números de grupos espontâneos. Grupos separados por UF.

Porque as eleições para a Câmara dos Deputados? Essa escolha decorre de algumas razões. A primeira delas é a de que é convencional, na literatura utilizada, adotar esse procedimento. A justificativa é a de que essa seria a arena mais competitiva e importante do sistema político. Tanto por sua importância histórica (o parlamento), quanto por sua importância política. Em segundo lugar, no Brasil a presença partidária na Câmara dos Deputados é critério para a distribuição de recursos fundamentais aos partidos políticos tais como acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita. As eleições de 1998 foram aceitas como ponto de partida devido a disponibilização de dados no site do Tribunal Superior Eleitoral². Somente a partir dos dados eleitorais estão praticamente completos em termos das unidades da federação.

Operacionalmente o procedimento precisa de mais clareza. No caso da classificação nacional nós agrupamos os partidos segundo percentual de votos nacionais. Não estabelecemos controles (fixação) entre as eleições. Isso permite que os percentuais de votos sejam comparados conjuntamente entre 1998 e 2014. Isso é importante porque evitamos que votações *outliers* possuam um grande efeito na distribuição. Além disso, partidos que competiram em somente uma ou poucas eleições são serão sinônimos de problemas. A classificação terá como propriedade a variação intertemporal. Isto é, os partidos poderão assumir tamanhos distintos ao longo do tempo.

No caso da classificação em nível estadual fixamos as UF antes da classificação. Nosso objetivo é que os partidos sejam classificados de acordo com o ambiente dos quocientes eleitorais estaduais. Nesse caso, a porcentagem de votos que coloca um partido

² Acessar em: < <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/repositorio-de-dados-eleitorais> >.

entre os médios em uma UF será diferente de outras. A classificação terá como propriedade a variação distrital e intertemporal. Isto é, os partidos poderão assumir tamanhos distintos tanto no tempo quanto no espaço.

Após a classificação teceremos comparações com algumas das taxinomias apresentadas acima. O critério para a seleção das taxinomias foi usar voto como variável de classificação. Contudo, mesmo entre elas, não garantimos que reproduzimos as classificações do mesmo modo do que utilizada pelo criador devido à baixa clareza dos procedimentos de algumas delas.

Além disso, algumas das classificações são limitadas em relação ao tempo e aos níveis. Por exemplo, Braga e Bourdoukan (2009) utilizaram como parâmetro o desempenho dos partidos em 2006. Acreditamos que seja pelo fato de à época ser a última eleição. Neste caso, ao reproduzirmos sua classificação utilizamos como critério os dados disponíveis das últimas eleições que possuímos, a saber as de 2014. Em relação aos níveis, Assis (1997) criou uma classificação para estudar o sistema partidário de Goiás. Vamos usar o seu critério ampliando para todas as UFs. Esperamos que não estejamos sendo injustos com nenhum dos autores selecionados. A seguir analisaremos os resultados do trabalho.

Resultados

Classificação nacional

O tamanho dos partidos tem sido pensado com base no apoio eleitoral em termos de votos dados a eles. É nesse sentido que a maior parte da literatura tem enfatizado a distribuição nacional dos votos como determinante do tamanho dos partidos. Com esse propósito, apresentamos abaixo uma classificação nacional dos partidos brasileiros para o período de 1998 à 2014. Agrupamos os partidos segundo o seu percentual de votos agregado nacionalmente.

Tabela 1. Distribuição do Cluster nacionalmente

	N	% de Combinados	% do Total
Cluster	1	149	74,50%
	2	32	16,00%
	3	19	9,50%
Combinado	200	100,00%	100,00%
Total	200		100,00%

Não selecionamos a priori a quantidade de grupos de partidos. Possuímos uma classificação espontânea. De acordo com a tabela, possuímos três grupos distintos de partidos tomando-se os votos como referência. O maior grupo, possui 74,5% do casos da amostra, o intermediário possui 16% e o menor 9,5%. A tabela abaixo apresenta os centroides dos grupos em relação ao percentual nacional de votos.

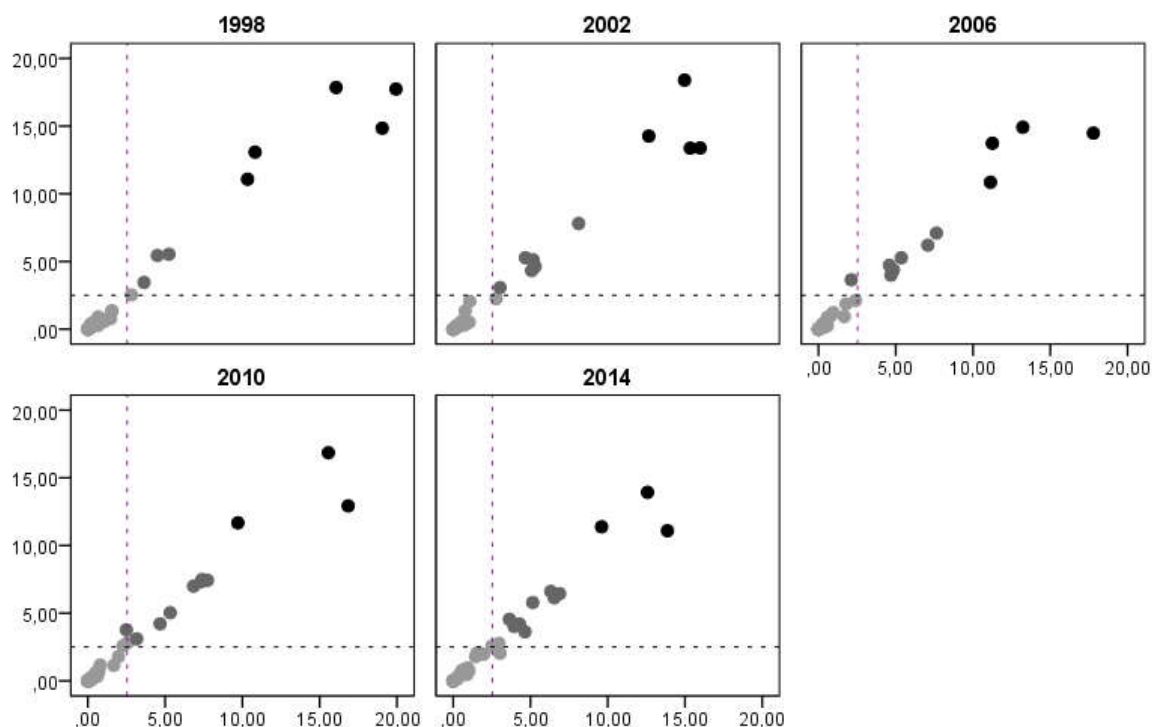
Tabela 2. Descritivos do centro dos clusters

	Percentual de votos nacionais	
	Média	Desvio Padrão
Cluster	1	0,45
	2	5,21
	3	13,99
Combinado	2,50	4,25

O centroide do *cluster* 1 está na média de 0,45% de votos com desvio padrão de 0,68. Em seguida, podemos observar que o segundo *cluster* possui uma média de 5,21% dos votos nacionais. Por fim, o ultimo *cluster* possui um centroide de 13,99% dos votos. O primeiro grupo é o dos partidos pequenos, o segundo é o dos partidos médios e o último o de partidos grandes. Como podemos observar cada agrupamento possui um centro distante um dos outros e um desvio padrão pequeno. Até este ponto, podemos ver que nossos intervalos estão distantes daqueles apresentados pela literatura.

A figura 1 apresenta a distribuição desses partidos em relação a seu percentual nacional de votos e a média de seu percentual de votos entre os estados. Essa relação se trata apenas de uma apresentação sem sentido substantivo.

Figura 1. Tamanho dos partidos entre as eleições



A utilidade desta figura é mostrar a posição dos partidos em relação a seu desempenho eleitoral³. Além disso, podemos observar o movimento em relação a esse desempenho ao longo das cinco eleições. Os partidos pequenos claramente se concentram no patamar de até 5% de votos. Os médios estão concentrados até os 10%. Acima disso, os grandes partidos. Estes últimos são aqueles partidos que tradicionalmente disputam os grandes espaços do poder ao longo do sistema político brasileiro. Observa-se também a variação de força eleitoral dos partidos ao longo do tempo.

No caso dos grandes partidos, a disputa se deu em 1998 entre 5 partidos, caindo para quatro na eleição seguinte e chegando a três partidos em 2014. Além disso, ao analisar os eixos, percebe-se que esses partidos tem diminuído sua força eleitoral ao longo do

³ Consta, em anexo um quadro com a lista dos partidos e seus respectivos tamanhos por eleição.

tempo. Isto é, não conseguem votações expressivas nas eleições, de modo que eles estão mais próximos dos partidos médios a cada eleição. Isso pode ser observado também pelos achados da literatura acerca da crescente fragmentação das disputas.

Mas até aqui não sabemos se utilizar essa metodologia produz resultados melhores do que aqueles já apresentados na literatura. Abaixo fazemos uma comparação da nossa classificação com aquelas que permitem comparabilidade em termos do número de grupos. O procedimento é o seguinte. Assumimos que classificações mais adequadas possuem grupos mais homogêneos e que esses grupos são mais distintos entre si. Desse modo, queremos maximizar a semelhança entre os partidos dentro dos grupos e aumentar as distâncias destes em relação aqueles de outros grupos.

Nossa classificação em termos nacionais possui três grupos de partidos, portanto não podemos tecer comparações diretas com aquelas que possuem somente dois (MELO e EV, 2014; DANTAS e PRAÇA, 2004). Nesse momento compararemos com Braga e Bourdoukan (2009) e Machado (2012). A tabela xx apresenta a tabela de ANOVA da nossa classificação nacional comparada com a ANOVA de Braga e Bourdoukan (2009).

Tabela 3. ANOVA: Comparação de classificações

Classificação	Soma dos Quadrados					
	Entre Grupo	Nos grupos	gl	N	F	Sig.
<i>Cluster</i> Nacional	3367,239	229,864	2	199	1442,909	0,000
Braga e Bourdoukan	3178,295	418,808	2	199	747,507	0,000

Nessa tabela testamos se os agrupamentos se diferem estatisticamente em relação ao percentual de votos. De acordo com teste de hipótese, podemos concluir que os agrupamentos entre as classificações são distinguíveis em relação aos votos (p -valor < 0,05). Ponto positivo para todas. Contudo, queremos observar também qual classificação agrupa melhor os casos. Isso pode ser visto nas duas primeiras colunas. De acordo com a tabela, nossa classificação possui maior variação entre os grupos, ou seja, eles estão mais distantes entre si. E também possui menor variação dentro do grupos, isto é, os casos agrupados são mais parecidos na nossa classificação do que nas demais.

Como argumentamos, essas classificações deveriam ser usadas para análises agregadas dos partidos políticos. Contudo, na maioria das vezes, estudos de Ciência Política no Brasil estão interessados em observar a variação entre as UF. Parafraseando Lima Jr., se não varia não é uma variável. Utilizar o tamanho nacional para análises

estaduais devem ser feitas somente com um desenho de pesquisa adequado. Tomar o tamanho do PMDB como invariante nos estados pode enviesar as análises e afetar as inferências produzidas.

Pensando nisso apresentamos uma nova classificação, agora pensando o tamanho local dos partidos políticos.

Classificação nos estados

Agrupamos o desempenho eleitoral dos partidos políticos entre os estados e entre as eleições. O procedimento metodológico foi bastante parecido com aquele para agrupar nacionalmente. Controlamos o desempenho eleitoral pelas UF's para que o desempenho eleitoral possa ser controlado pelos quocientes eleitorais entre as eleições. A análise de *cluster* sugeriu a existência de três grupos de partidos em alguns estados, mas também indicou a existência de somente dois aglomerado em outros estados. Essas informações podem ser visualizadas abaixo.

Tabela 4. Número de cluster entre as UFs

	Frequência	Porcentagem válida
Dois Grupos	2082	59,60
Três Grupos	1410	40,40
Total	3492	100

Em 59,60% dos estados, a análise de cluster identificou somente dois grupos. Por outro lado, no restante deles a técnica identificou três agrupamentos distintos. A tabela abaixo apresenta os centroides de cada agrupamento entre os estados com dois e três grupos.

Tabela 5. Descrição dos cluster estadual

Clusters nos Estados	Tamanho dos partidos	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
Dois Grupos	Pequenos	1694	0,00	9,96	1,29	1,92
	Grandes	388	5,12	47,05	14,97	7,18
Três Grupos	Pequenos	962	0,01	6,15	0,85	1,12
	Médios	336	3,23	20,03	7,53	3,12
	Grandes	112	9,83	45,70	19,20	7,22

Em termos conceituais definimos o tamanho dos partidos levando em conta a distribuição dos centroides (média) do percentual de votos. No caso dos estados que apresentam três grupos, os partidos pequenos são aqueles que apresentam a menor média de votos e os grandes são aqueles que possuem os maiores percentuais. Os partidos médios são aqueles que estão entre os pequenos e grandes. Contudo, uma grande parte dos estados só possuem apenas dois grupos. Definimos o grupo com menor percentual de votos de pequenos e aqueles com maior percentual de grandes.

Nos estados com dois grupos o partido pequeno típico está situado a uma média de 1,29% de votos, contudo com um desvio padrão elevado (1,92). Entre esses partidos um deles chegou a alcançar 9,96% de votos. A média de votos dos pequenos naqueles estados com três grupos foi de 0,85% dos votos, com um máximo de 6,15%. Os partidos grandes alcançaram uma média de 14,97% nos estados com dois grupos e 19,20% naqueles com três grupos. Os partidos médios, que só existem nos estados com três grupos, possui um desempenho típico de 7,53% de votos.

Agora passaremos a comparar essa classificação com aquelas da literatura. Seguiremos a mesma lógica, analisaremos um teste de variância ANOVA para identificarmos a variação entre e dentro dos grupos. A nossa classificação (cluster) não apresenta três grupos em todos os estados. Logo, só compararemos aqueles que possuem três, deixando de fora aqueles que somente possuem dois grupos. Selecionamos a classificação de Assis (1997) e Braga (2006) uma vez que elas possuem no mínimo três agrupamentos. A tabela abaixo sumariza ANOVA das classificações que possuem três ou mais grupos.

Tabela 6. ANOVA: Comparação de classificações

	Soma dos Quadrados		gl	N	F	Sig
	Entre Grupos	Nos grupos				
Cluster estadual	39559,832	10227,53	2	1409	2721,119	0,000
Assis (1997)	38829,978	10957,388	3	1409	1660,826	0,000
Braga (2006)	37848,462	11341,007	2	1409	2341,123	0,000
Machado (2012)	38309,389	11477,366	2	1409	2348,032	0,000

Novamente, essas classificações possuem diferenças estatísticas entre os grupos. Contudo, nossa classificação ainda maximiza as distâncias entre os grupos e minimiza as diferenças entre os casos nos mesmos grupos. Isto é agrupa casos mais parecidos nos

mesmos aglomerados do que as demais classificações. Uma nota interessante surge da comparação de Assis (1997) com Braga (2016). Assis (1997) possui mais homogeneidade interna e maximiza a heterogeneidade externa, contudo possui uma razão F menor do que Braga (2006). Isso se deve ao fato de que a classificação proposta pelo primeiro possui um grupo a mais de partido do que a última.

Um exercício de classificação em duas arenas

Ao longo do artigo argumentamos que não seria viável usar o tamanho nacional dos partidos para estudos que utilizem as UFs como unidade de análise. Abaixo fazemos uma comparação do tamanho de viés que pode existir com essa prática. Tomamos o tamanho nacional dos partidos como referência entre as UFs. Por exemplo, em 1998 o PMDB foi um partido grande nacionalmente, então colocamos o PMDB como um partido grande em todas as UFs. Vamos comparar essa classificação com nossa classificação estadualizada. A tabela abaixo apresenta uma ANOVA de ambas as classificações⁴.

Tabela 7. ANOVA classificações

Classificação	Soma dos Quadrados		gl	N	F	Sig.
	Entre Grupos	Nos grupos				
<i>Cluster</i> estadual	39559,832	10227,534	2	1409	2721,119	0,000
<i>Cluster</i> nacional	26383,550	23403,816	2	1409	793,068	0,000

Como podemos ver, uma classificação estadualizada agrupa os partidos mais semelhantes entre si e separa os mais diferentes em nível maior do que utilizar o tamanho nacional dos partidos para representar seu tamanho local. O que não sabemos ainda é o tamanho do erro que podemos estar cometendo. A tabela abaixo é uma aproximação dele. Assumindo que uma classificação estadualizada produz resultados melhores como parâmetro analisaremos uma tabela cruzada para observarmos a proporção de partidos alocados em categorias diferentes.

⁴ Utilizamos somente os estados com três grupos de partidos para comparar com ANOVA.

Tabela 8. Classificação nacional nos estados x classificação estadualizada

		Cluster nacional replicado nos estados			Total	Erro
		Pequenos	Médios	Grandes		
Cluster nos estados	Pequenos	82,50	14,90	2,60	100,00	17,50
	Médios	15,80	55,70	28,60	100,00	44,40
	Grandes	2,70	18,80	78,60	100,00	21,50
Total		60,30	24,90	14,80	100,00	

Assumindo com base na análise de variância (tabela xx) que a classificação estadualizada é melhor, a tabela apresenta o quanto uma classificação nacional replicada nos estados pode errar. Dos partidos pequenos com base nos estados 19,90% deles foram agrupado como partidos médios na classificação nacional replicada nos estados e 2,60% nos Grandes. No total estaríamos classificando 17,50% dos partidos pequenos erradamente. O pior cenário pode ser visto nos partidos médios onde 44,40% seriam alocados erradamente. A conclusão a que chegamos é que adotar uma classificação nacionalizada para análises estaduais pode inserir uma quantidade razoável de erro nos nossos modelos. O tamanho dos partidos pode ser subdimensionado ou sobredimensionado⁵.

Considerações Finais

Classificação é uma das características principais do procedimento científico. Nas Ciências Sociais ela está presente desde quando Aristóteles clássicos as formas de governo. Recentemente os estudos partidários tem avançado bastante nessa direção. Os tipos de sistemas eleitorais e partidários são bastante variados e explorados desde o pós guerra. Classificar o tamanho dos partidos segue na mesma direção. Diversos acadêmicos tem criado classificação para seus estudos. Nosso trabalho teve por objetivo discutir essas classificações e apresentar uma nova classificação.

A taxinomia que propomos tem por propriedade a variabilidade. No caso brasileiro, o tamanho dos partidos varia nacionalmente entre as eleições e mas também entre os estados devido ao federalismo. Qualquer classificação que se proponham precisa adequar-se a essa realidade. Nossa solução para este problema foi o de apontar duas classificações, uma para capturar o desempenho nacional dos partidos e outra para identificar o tamanho dos partidos nos níveis dos estados.

⁵ Análises por eleição podem ser visualizadas nos anexos.

De acordo com os critérios utilizados nesse trabalho. As classificações que propomos apresentaram melhores resultados do que as da literatura. Nossa taxinomia possui menor variabilidade interna e maior variabilidade externa. Além disso ela captura a mudança do tamanho dos partidos ao longo do tempo (entre as eleições) e do espaço (entre os estados).

Secundariamente fizemos um exercício na tentativa de apresentar o tamanho do viés que um trabalho pode assumir ao atribuir nos estados o tamanho nacional dos partidos. O resultado encontrado foi de que o erro de atribuições possui alta variação entre os grupos de partidos. Estudos que utilizam os estados como unidades de análises podem enviesar seus resultados ao sobredimensionar ou subdimensionar o tamanho dos partidos. Contudo o trabalho possui um perfil exploratório, contando com algumas limitações.

Nossa primeira limitação é teórica. Usamos apenas o percentual de votos para definir o tamanho dos partidos. Ao construirmos a taxinomia rotulamos os partidos de pequenos, médios e grandes devido a quantidade de agrupamentos que a técnica nos deu. Substantivamente isso pode ser um viés da técnica. Por que chamá-los de pequenos, médios ou grandes e não outro rótulo? Para a resolução desse problema é necessário maior debate teórico junto à comunidade acadêmica. Em terceiro lugar, a técnica apresentou somente dois grupos de partidos em alguns estados, é necessário uma análise mais profunda desses subsistemas partidários para tentar encontrar diferenças entre estes e os outros. Caso não haja, poderemos “forçar” a classificação em três (ou mais) grupos como os demais estados.

Referências Bibliográficas

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. FGV Editora, 2003.

ALMEIDA, Leânia Alves. *Cláusula de barreira: comportamento eleitoral e desempenho partidário nas eleições de 2002 e perspectivas para 2006*. Monografia (especialização) – Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor), da Câmara dos Deputados, 2007.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Editora: FGV, 2003.

ASSIS, Éder Araújo. Goiás: os partidos, as eleições e as transformações recentes. *O sistema partidário brasileiro*. Olavo Brasil de Lima Júnior (org.). Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

- BRAGA, Maria Socorro Sousa; BOURDOUKAN, Adla. Partidos políticos no Brasil: organização partidária, competição eleitoral e financiamento público. *Perspectivas: revista de ciências sociais*, v. 35, 2010.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica e voto para presidente. *Opinião Pública*, v. 8, n. 1, p. 54-79, 2002.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. Ideologia e partidos políticos: um estudo sobre coligações em Santa Catarina. *Opinião Pública*, v. 12, n. 1, p. 136-163, 2006.
- CARREIRÃO, Yan de Souza. As coligações nas eleições de 2010 para os cargos de governador, senador, deputado federal e deputado estadual no Brasil. *REVISTA DE CIÊNCIA POLÍTICA*, v. 21, n. 2, 2012.
- COX, Gary; SHUGART, Matthew. Comment on Gallagher's 'proportionality, disproportionality and electoral systems'. *Electoral Studies*, v. 10, n. 4, p. 348-352, 1991.
- DALMORO, Jefferson; FLEISCHER, David. Eleição proporcional: os efeitos das coligações e o problema da proporcionalidade. In: *Partidos e coligações no Brasil*. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer Stiftung/Editora Unesp, 2005.
- DANTAS, Humberto; PRAÇA, Sérgio. Pequenos partidos nas coligações eleitorais para prefeituras em 2000. *Revista Leviatã*, n. 1, 2004.
- DOWNS, Anthony. *Uma Teoria Econômica da Democracia*. São Paulo: EDUSP, 2013.
- DUVERGER, Maurice. *Os Partidos Políticos*. Brasília, Ed. UnB, 1970.
- FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando. Partidos políticos na Câmara dos Deputados: 1989-1994. *Dados*, v. 38, n. 3, p. 497-524, 1995.
- FIGUEIREDO, Argelina C.; LIMONGI, Fernando. *Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
- FLEISCHER, David. Os partidos políticos. In: *Sistema político brasileiro: uma introdução*. 2007.
- FREITAS, Andréia; MESQUITA, Lara. Coligações em Eleições Proporcionais: Quem ganha com isso? *Revista Eletrônica da Fundação Liberdade e Cidadania*, v. 2, n. 7, 2010.
- HAIR, Joseph et al. *Análise multivariada de dados*. Bookman, 2009.
- KING, Gary. Replication, replication. *PS: Political Science & Politics*, v. 28, n. 03, p. 444-452, 1995.
- KINZO, Maria D'Alva G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Rev. bras. Ci. Soc.* São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, Feb. 2004.
- LAMOUNIER, Bolívar; MENEGUELLO, Rachel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. IDESP, Instituto de Estudos Econômicos, Sociais e Políticos, 1986.
- LAVAREDA, José Antônio. *A democracia nas urnas: o processo partidário-eleitoral brasileiro (1945-1964)*. IUPERJ, 1999.
- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. Os partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional, 1945-1964 (No. 24). Graal, 1983.

- LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil. *O sistema partidário brasileiro*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1997.
- LIMONGI, Fernando; CORTEZ, Rafael. As eleições de 2010 e o quadro partidário. *Novos estudos-CEBRAP*, (88), 21-37, 2010.
- MACHADO, Aline. *Alianças eleitorais: casamento com prazo de validade: o caso das coligações brasileiras*. Elsevier – Campus, 2012.
- MAINWARING, Scott. *Sistemas partidários em novas democracias: o caso do Brasil*. Mercado Aberto, 2001.
- MAINWARING, Scott; TORCAL, Mariano. Teoria e institucionalização dos sistemas partidários após a terceira onda de democratização. *Opinião Pública*, vol.11, n.2, pp. 249-286, 2005.
- MELO, Carlos Ranulfo. Eleições presidenciais, jogos aninhados e sistema partidário no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 4. Brasília, pp. 13-41, 2010.
- MELO, Carlos Ranulfo; CÂMARA, Leonardo. Estrutura da Competição pela Presidência e Consolidação do Sistema Partidário no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, vol. 55, nº 1, pp. 71 a 117, 2012.
- MELO, Paulo; EV, Leonardo. De onde vêm e como sobrevivem os nanicos? Análise da votação dos pequenos partidos brasileiros. Seminário Nacional Sociologia e Política, Curitiba-PR, 2014.
- NICOLAU, Jairo. *Multipartidarismo e democracia: um estudo sobre o sistema partidário brasileiro*, 1985-94. Fundação ao Getúlio Vargas Editora, 1996.
- NICOLAU, Jairo. O sistema eleitoral de lista aberta no Brasil. *Dados*, v. 49, n. 4, p. 689-720, 2006.
- PEREIRA, Carlos; MUELLER, Bernardo. Partidos fracos na arena eleitoral e partidos fortes na arena legislativa: a conexão eleitoral no Brasil. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, 2003, pp. 735 a 771, 2003.
- RABAT, Nuno. Impacto das propostas da comissão de reforma política sobre os pequenos partidos. Nota Técnica, Câmara dos Deputados, Brasília, DF, 2012.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. Eleições, fragmentação partidária e governabilidade. *Novos Estudos*, v. 41, p. 78-90, 1995.
- SADEK, Maria Teresa. *Sistema Partidário Brasileiro: a debilidade institucional*. Working Paper nº 72. Instituto de Estudios Económicos, Sociais e Políticos – SP, Barcelona, 1993. Disponível em: <http://ddd.uab.cat/pub/worppap/1993/hdl_2072_1409/ICPS72.pdf>.
- SARTORI, Giovanni. *Partidos e Sistemas Partidários*. Brasília, Ed. UnB, 1982.
- SOARES, Márcia Miranda; LOURENCO, Luiz Cláudio. A representação política dos estados na federação brasileira. *Rev. bras. Ci. Soc.*, São Paulo , v. 19, n. 56, p. 113-127, Oct. 2004 .
- SPECK, Bruno Wilhelm; CAMPOS, Mauro Macedo. Incentivos para a fragmentação e a nacionalização do sistema partidário a partir do horário eleitoral gratuito no Brasil. *Teoria e Pesquisa*, Vol. 23 (2), pp. 12 – 40, 2014.

VIANA, João Paulo S. L. Fragmentação partidária e a cláusula de barreira: dilemas do sistema político brasileiro. *Pensar*, Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 125-135, 2008.

ANEXOS

Quadro 4. Tamanho nacional dos partidos políticos por eleição

Eleição	Pequenos	Médios	Grandes
1998	PAN - PC do B - PCB - PCO - PEN - PGT - PHS - PL - PMN - PP - PPL - PPS - PR - PRB - PRN - PRONA - PROS - PRP - PRTB - PSC - PSD - PSDC - PSL - PSN - PSOL - PST - PSTU - PT do B - PTC - PTN - PV - SD	PDT - PSB - PTB	DEM - PMDB - PPB - PSDB - PT
2002	PAN - PC do B - PCB - PCO - PEN - PGT - PHS - PMN - PP - PPL - PR - PRB - PRN - PRONA - PROS - PRP - PRTB - PSC - PSD - PSDC - PSL - PSN - PSOL - PST - PSTU - PT do B - PTC - PTN - PV - SD	PDT - PL - PPB - PPS - PSB - PTB	DEM - PMDB - PSDB - PT
2006	PAN - PC do B - PCB - PCO - PEN - PGT - PHS - PMN - PPB - PPL - PR - PRB - PRN - PRONA - PROS - PRP - PRTB - PSC - PSD - PSDC - PSL - PSN - PSOL - PST - PSTU - PT do B - PTC - PTN - SD	PDT - PL - PP - PPS - PSB - PTB - PV	DEM - PMDB - PSDB - PT
2010	PAN - PC do B - PCB - PCO - PEN - PGT - PHS - PL - PMN - PPB - PPL - PPS - PRB - PRN - PRONA - PROS - PRP - PRTB - PSD - PSDC - PSL - PSN - PSOL - PST - PSTU - PT do B - PTC - PTN - SD	DEM - PDT - PP - PR - PSB - PSC - PTB - PV	PMDB - PSDB - PT
2014	PAN - PC do B - PCB - PCO - PEN - PGT - PHS - PL - PMN - PPB - PPL - PPS - PRN - PRONA - PROS - PRP - PRTB - PSC - PSDC - PSL - PSN - PSOL - PST - PSTU - PT do B - PTC - PTN - PV - SD	DEM - PDT - PP - PR - PRB - PSB - PSD - PTB	PMDB - PSDB - PT

Tabela 9. Classificação nacional x classificação nos estados (%)

		Cluster nacional replicado nos estados			Total	Erro	
		Pequenos	Médios	Grandes			
1998	Tamanho nos estados	Pequenos	87,00	9,30	3,70	100,00	13,00
		Médios	22,00	26,00	52,00	100,00	74,00
		Grandes		14,80	85,20	100,00	14,80
	Total		63,60	13,40	23,00	100,00	
2002	Tamanho nos estados	Pequenos	83,60	12,90	3,50	100,00	16,40
		Médios	13,60	59,30	27,10	100,00	40,70
		Grandes	3,70	18,50	77,80	100,00	22,20
	Total		61,70	23,00	15,30	100,00	
2006	Tamanho nos estados	Pequenos	81,40	15,50	3,10	100,00	18,60
		Médios	8,70	60,90	30,40	100,00	39,10
		Grandes		22,70	77,30	100,00	22,70
	Total		57,50	27,00	15,40	100,00	
2010	Tamanho nos estados	Pequenos	79,10	19,20	1,70	100,00	20,90
		Médios	16,90	63,60	19,50	100,00	36,40
		Grandes		25,00	75,00	100,00	25,00
	Total		55,80	32,10	12,00	100,00	
2014	Tamanho nos estados	Pequenos	82,00	16,70	1,30	100,00	18,00
		Médios	18,50	59,30	22,20	100,00	40,70
		Grandes	12,50	12,50	75,00	100,00	25,00
	Total		62,80	27,10	10,20	100,00	